


# Guarda de Documentos - Obrigações Fiscais - Prazo

 Tempo aproximado para leitura: 11 minutos

## Guarda de Documentos

Questão:	Guarda de Documentos Tributário / Contábil
Resposta:	<p>É dever do contribuinte, prover a guarda de todos os livros que contenham a escrituração fiscal ou comercial da empresa juntamente com os comprovantes de lançamentos das movimentações e/ou operações realizadas pela empresa, passíveis de fiscalização por parte do ente tributante. Esta questão está disciplinada no artigo 195 da Lei 5172/66, também denominado Código Tributário Nacional (CTN).</p> <p>Com o avanço da tecnologia, muitas obrigações acessórias foram digitalizadas fazendo com que o contribuinte e os próprios entes tributantes questionassem de que forma a regra estabelecida pelo CTN poderia ser cumprida, haja vista que o referido artigo, apesar de estabelecer a obrigatoriedade de arquivamento, não traz em seu regramento a forma de cumprimento da norma.</p> <p>Assim, a Receita Federal do Brasil, órgão responsável pela fiscalização dos tributos no país, publicou através do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 4/2019, uma nova interpretação para o parágrafo único, do artigo 195 do CTN. Neste ato, enseja novo entendimento sobre a questão, determinando que os livros fiscais e comerciais obrigatórios ao contribuinte, bem como seus comprovantes de lançamento, podem ser conservados pelo contribuinte, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, desde que sejam mantidos sua integralidade e autenticidade.</p> <p>De acordo com a norma, os livros digitalizados terão a mesma validade que os livros físicos, devendo ser armazenados pelo mesmo tempo. Transcorrido o prazo de guarda destes, o contribuinte poderá destruir ou continuar a armazenar estes documentos, caso possuam valor histórico.</p> <p>O Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 04 foi publicado em 09 de outubro de 2019 com vigência a partir da sua publicação, mas produzindo efeitos a partir de 10 de dezembro de 2019.</p> <div><p><b>Código Tributário Nacional</b></p><p>...</p><p><b>TÍTULO IV</b></p><p><b>Administração Tributária</b></p><p><b>CAPÍTULO I</b></p><p><b>Fiscalização</b></p><p><b>Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exhibi-los.</b></p><p><b>Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.</b></p><p>...</p></div>



**IMPORTANTE**

Quanto as notas fiscais de saída, o tempo de guarda previsto era de 10 anos, tempo estabelecido pelo art. 46, da Lei 8212/1991. Porém, a Lei Complementar 128/2008, revogou o dispositivo deste artigo, por causa da aprovação da Súmula

Obrigação	Prazo de Guarda	Norma	Observações
Arquivos magnéticos	5 anos	Lei N� 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais
Comprovantes de Escrituração (Notas Fiscais e Recibos)	5 anos	Lei N� 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 195 - Parágrafo �nico. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.	Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
Comprovantes de Rendimentos pagos ou creditados e de Retenção na Fonte	5 anos	Lei N� 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais
Contratos de Seguros de Bens - documentos originais	5 anos	CIRCULAR N� 605, DE 28 DE MAIO DE 2020 - SUSEP	
Contratos de Seguros de Pessoas - documentos originais	5 anos	CIRCULAR N� 605, DE 28 DE MAIO DE 2020 - SUSEP	
Contratos Previdenciários Privados	5 anos	CIRCULAR N� 605, DE 28 DE MAIO DE 2020 -	

		SUSEP - PRAZO CONTADOS A PARTIR DO TÉRMINO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	
DAPI Minas Gerais	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	A partir de <b>31/08/2023</b> , contribuintes que queiram a dispensa da DAPI, não poderão estar omissos da entrega da EFD (ICMS/IPI) e da Dapi 1 relativamente aos últimos 4 períodos de apuração.
DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Fiscais	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	1 - O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais  2 - Conforme Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024 para os fatos geradores que ocorrerem a partir de <b>1º de janeiro de 2025</b> , os débitos atualmente declarados na DCTF PGD passarão a ser declarados na DCTFWeb mensal, por intermédio do Módulo de Inclusão de Tributos – MIT
Declaração de Ajuste Anual - IR e comprovantes de deduções e outros valores	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais
DECORE - declaração preparatória de percepção de rendimentos	5 anos	Resolução CFC n.º 1.364/2011	A documentação legal que serviu de lastro para a emissão da DECORE ficará sob a responsabilidade do profissional da Contabilidade que a emitiu, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para fins de fiscalização por parte do Conselho Regional de Contabilidade.
Defis - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	
DIF - Declaração de Especial de Informações (Bebidas, Cigarros e Papel Imune)	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o	

			crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	
	<b>DIMOB - Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais
	<b>DIPI-TIPI-33 - Declaração de Informações das Indústrias de Cosméticos, Perfumaria e Higiene Pessoal</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	
	<b>DIRF - Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN   Instrução Normativa RFB nº 1.990/2020 , art. 26. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais
	<b>DITR - Declaração de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	
	<b>DMA Bahia</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se	Contribuinte já está dispensado da entrega da DMA desde <b>1º de Janeiro de 2024</b>

			após 5 (cinco) anos	
<b>EFD-Contribuições</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173 e 174. do CTN   Lei nº 8.218/1991 , art. 11. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais	
<b>e-Financeira</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173 e 174. do CTN   Instrução normativa nº 1.571/2015 , art. 9. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos		
<b>EFD-ICMS/IPI</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais	
<b>EFD-REINF</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173 e 174. do CTN   IN RFB nº 2.004/2021 . O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos		
<b>Escrituração Contábil Digital (ECD)</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173 e 174. do CTN   Lei nº 8.218/1991, art. 11. O direito de a Fazenda Pública	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais	

		constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	
<b>Escrituração Contábil Fiscal (ECF)</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173 e 174. do CTN   Lei nº 9.430/1996, art. 37. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais
<b>Exportação</b>	10 anos	SISCOMEX - Perguntas e Respostas	Consultoria Jurídica Siscomex- No sentido de que os documentos de importação e exportação sejam guardados pelo prazo de 10 anos. Sendo assim, para os RE emitidos de 1993 a 2005, o prazo de guarda já se encontra expirado. <a href="#">Documentos de Exportação</a>
<b>GIA-SP</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 195 - Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.	<p>1 - Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.</p> <p>2 - A GIA-SP será dispensada a partir de <b>1º de Janeiro de 2026</b>.</p>
<b>GISS-ONLINE</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	
<b>Importação</b>	10 anos	SISCOMEX - Perguntas e Respostas	Consultoria Jurídica Siscomex- No sentido de que os documentos de importação e exportação sejam guardados pelo prazo de 10 anos. Sendo assim, para os RE emitidos de 1993 a 2005, o prazo de guarda já se encontra expirado. <a href="#">Documentos de Exportação</a>
<b>LALUR/LACS</b>	5 anos	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art.	O prazo poderá se estender nos casos de processos administrativos e/ou judiciais

		173 e 174. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	
<b>Livros Contábeis - Diário e Razão</b>	5 anos / Indeterminado	Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966   Art. 173 e 174. do CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos	Lei nº 10.406/2002, em seu art. 1.194- Lembramos que os livros contábeis são documentos permanentes da entidade e devem ser arquivados eternamente, assim como são arquivados os instrumentos de constituição da entidade e de suas alterações.
<b>Declaração de quitação de débitos</b>	5 anos	LEI N o 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm</a>
<b>Edital de licitação / ata de pregão / documentos vinculados a administração pública, como convênios</b>	5 anos / 10 anos	LEI 12.527/2011	<p>O prazo para a guarda de documentos é estabelecido em:</p> <p><b>05 anos para a ADM Pública</b></p> <p><b>10 anos para entidade conveniente ou contratada</b>, a contar da data da aprovação das contas respectivas.</p> <p>Administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos e a informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; e ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores - Processo n.º 0025566-53.2009.4.01.3400 julgado em 25/01/2013.</p> <p><b>Processo n.º 0025566-53.2009.4.01.3400 julgado em 25/01/2013</b></p>
<b>Cadastro de Fornecedores</b>  <b>Solicitação de Compras</b>  <b>Pedido de Compras</b>	5 anos	Arquivo Nacional	<p>Não existem normas específicas para a guarda de cadastros de Fornecedores, já que estes são destinados a operações praticadas entre empresas, regulamentadas pelo Código Civil ou Código de Defesa do Consumidor. Mas o documento publicado pelo Arquivo Nacional do Governo Federal, orienta a guarda de informações relacionadas aos fornecedores pelo prazo de cinco anos.</p> <p><a href="http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf">http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf</a></p>

<b>Chamado/Ticket:</b>	1860968, PCONSEG-3295, PCONSEG-3294, PCONSEG-3066, PCONSEG-3364, PCONSEG-3380
------------------------	---

<b>Fonte:</b>	<p>ADI RFB Nº 4, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019</p> <p>Código Tributário Nacional</p> <p><a href="https://www.totvs.com/blog/fiscal-clientes/guarda-de-livros-fiscais-obrigatorios-nova-interpretacao-ato-declaratorio-interpretativo-rfb-04-2019/">https://www.totvs.com/blog/fiscal-clientes/guarda-de-livros-fiscais-obrigatorios-nova-interpretacao-ato-declaratorio-interpretativo-rfb-04-2019/</a></p> <p><a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm</a></p> <p><a href="http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumulaVinculante/anexo/DJe_172_2008.pdf">http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumulaVinculante/anexo/DJe_172_2008.pdf</a></p> <p><a href="https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula744/false">https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula744/false</a></p> <p><a href="https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#!/resultado/portal?ts=1623366083021&amp;gsc.q=tempo%20de%20guarda">https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#!/resultado/portal?ts=1623366083021&amp;gsc.q=tempo%20de%20guarda</a></p>
---------------	--

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1xEtXPfvz\\_xYl\\_RzqBGtk156DES0GnR/edit#gid=849137015](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1xEtXPfvz_xYl_RzqBGtk156DES0GnR/edit#gid=849137015)

<https://www.cjf.jus.br/cjf/outras-noticias/2013/janeiro/e-legal-a-fixacao-de-prazo-para-guarda-de-documentos-por-ato-infralegislativo>

[http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt\\_meio.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf)

[guarda\\_documentos](#)

[prazos](#)

[período\\_mínimo](#)

[tempo](#)

[prescrição](#)

[prazo\\_decadencial](#)

[prazo\\_prescricional](#)

[arquivamento](#)

[armazenamento](#)



[Política de  
privacidade](#)

[Termos de  
uso](#)